

Estímulos à produção

O GDF acena com boas iniciativas fiscais a fim de tentar estimular a atividade econômica no Distrito Federal, reduzir o desemprego e reanimar segmentos que estão em regime de “devagar, quase parando”. Três projetos de lei já encaminhados à Câmara Legislativa isentam as microempresas do pagamento do ICMS e ISS, outro abrange a prorrogação do prazo desse primeiro tributo para as indústrias e agroindústrias que tragam novas tecnologias e aumentem o emprego, enquanto o terceiro normatiza a concessão de alvarás de funcionamento das microempresas.

No conjunto, boas iniciativas. Desnecessário repisar o que todos já sabem a respeito da importância da microempresa para a absorção de mão-de-obra. Ela é a maior empregadora, com índices que variam conforme as estatísticas oficiais ou particulares. Mas, certamente, não inferior a 50% da população economicamente ativa. E tão importante quanto a microempresa é o reconhecimento da necessidade de não dificultá-la. A eliminação de impostos e a facilitação das rotinas burocráticas são boas medidas. Nesse ponto parece haver, felizmente, coincidência de pensamento entre o GDF e o presidente da Federação do Comércio de Brasília, Sérgio Koffes, em artigo publicado nesta página, há uma semana.

Há necessidade, porém, de um alerta ao governador Cristovam Buarque. O mesmo governo que acaba de propor ao Legislativo brasiliense três boas leis em favor das mi-

croempresas é a mesma administração que padece de alguns sintomas da “doença infantil do esquerdismo”, a que se referia Lénine, na distante década de 20 — mas ainda atual. Um desses sintomas, por exemplo, é a atitude de setores do GDF contra a terceirização de serviços que podem ser retirados dos ombros do Estado e deixados plenamente à iniciativa privada. As áreas de vigilância, segurança privada, asseio e conservação padecem desse preconceito.

Outra atitude equivocada de alguns setores do GDF é de não compreender a necessidade de equacionamento rápido do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, em boa parte ocupado por famílias invasoras. Para alguns equivocados funcionários do GDF, trata-se de retirar gente e colocar indústrias no lugar. Na verdade, trata-se de implantar empregos para famílias que, desempregadas, ocupam irregularmente uma área pública, de destinação específica.

Por último, caberia sempre repetir a velha e conhecida sentença de que o Distrito Federal, por suas características próprias, não é um estado e nem um simples município, mas uma unidade federativa na qual a União tem responsabilidades definidas até na Constituição da República. Assim, sempre que se falar em estímulos à produção econômica do Distrito Federal não se pode ignorar o “parceiro invisível”, que é o Governo Federal, bem como o vizinho Estado de Goiás.